

Governo garante que Corredor

Geral — 11

não agride ambiente

Cláudio Rocha

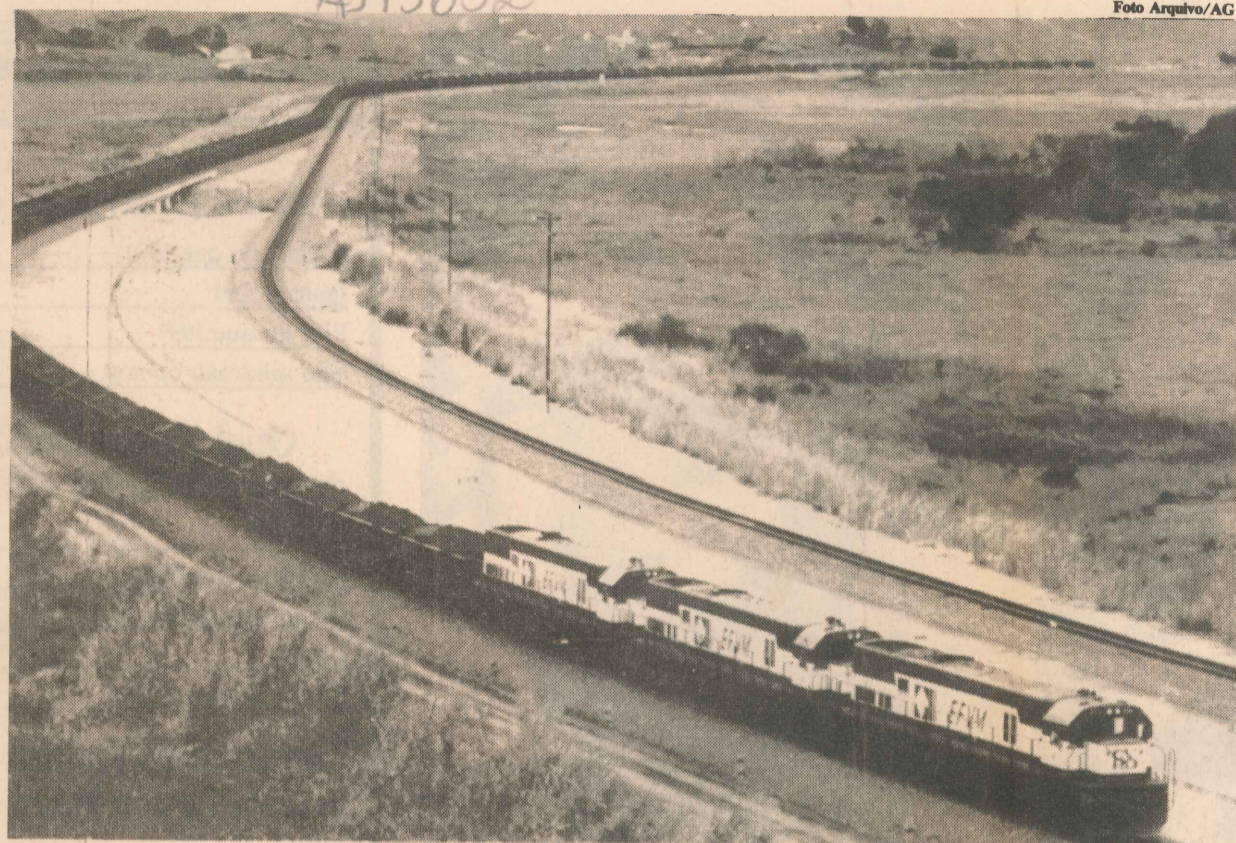
Desenvolvimento de forma sustentada. O Governo do Estado garante que seus grandes projetos, como a ampliação do corredor de exportação, não repetirão erros como o da instalação na década de 70 da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), sem nenhum planejamento e que trouxe impactos sócio-ambientais ainda não recuperados por Vitória, apesar das estimativas dos próprios técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Sedes) de que o corredor de exportação deverá causar um impacto econômico para o Estado pelo menos de duas a três vezes maior do que a implantação da CST.

O projeto, tido pelo próprio secretário da Sedes, Paulo Augusto Vivacqua, como sem retorno, preocupa os ecologistas, devido ao crescimento industrial e demográfico que deverá trazer para a Grande Vitória. "Nenhum ecologista precisa me alertar. Agradeço muito pela preocupação, mas não estamos sequer distraídos. Temos o meio ambiente como a base de tudo", afirma Vivacqua.

Mas o diretor da Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental (Avidepa), César Musso, desconfia. Segundo ele, a atuação do órgão fiscalizador do Governo, a Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), hoje não pode servir de base para dar credibilidade ao trabalho de controle, que precisaria ser agilizado com a ampliação do corredor de exportação. "O Rima (Relatório de Impacto Ambiental) é uma exigência desde 1986, mas até hoje ele tem servido para diminuir a participação popular. Todas as recomendações de controle são pouco utilizadas. O que vale mais ainda é o poder econômico", denuncia Musso.

Menos alarmado, o professor de avaliação de impacto ambiental e coordenador do curso de mestrado em engenharia ambiental da Universidade Federal do Espírito Santo, Robson Sarmiento, mesmo admitindo ser a sua análise ainda muito preliminar, já que seria preciso saber que tipo de indústria se instalaria no Estado com a ampliação do corredor de exportação, acredita que não se pode abrir mão do desenvolvimento, desde que de forma sustentada.

O secretário de Estado de Meio Ambiente, Jarbas Ribeiro de Assis Júnior, também defende o desenvolvimento sustentado. Para Jarbas, o mais importante é definir como a ampliação do corredor de exportação poderá ser viabilizada com o mínimo de agressão ao meio ambiente. Segundo ele, atendendo inclusive a uma recomendação do governador Albuíno Azeredo, nenhuma nova indústria poderá se instalar no Espírito Santo sem já estar com todos os equipamentos de controle de poluição necessários. "Nenhum projeto que traga benefício econômico e maléfico do ponto de vista ambiental para a população será aprovado pela Seama", garante o secretário, lembrando que a própria sociedade deve discutir seu modelo de desenvol-



A ampliação do Corredor de Exportação preocupa os ecologistas, pelo impacto sobre o meio ambiente

vimento e hoje, segundo ele, não se pode negar a necessidade de emprego para a população.

Mas Jarbas também admite que a Seama, que não vem desenvolvendo nenhum estudo a cerca dos impactos ambientais que poderão ser gerados com a ampliação do corredor, teria que melhorar sua estrutura de pessoal especializado e principalmente o serviço de monitoramento da poluição atmosférica para se adaptar a uma nova realidade.

Empregos

A ampliação do corredor de exportação trará uma série de novas atividades para o Estado, segundo o secretário Paulo Vivacqua, com uma grande geração de empregos — e a consequente diminuição do subemprego e o aumento da renda do trabalhador —, ocupados predominantemente pela população da Grande Vitória. Defendendo este argumento, o secretário não acredita numa explosão demográfica na região, apesar dos técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves, que cmeçam a preparar um documento encomendado pelo Palácio Anchieta sobre os possíveis impactos que as atividades provocadas pela ampliação do corredor de exportação trariam para a Grande Vitória, acreditarem que a região deverá concentrar o movimento. Os primeiros números do trabalho, que tem como objetivo se antecipar aos impactos e que vem estudando a possível influência econômica, social e ambiental, entre tantas outras, só deverão ser divulgados em março. Com o mapeamento das regiões com mais disponibilidades de ocupação pelos estudos desenvolvidos até aqui para a criação da Região Metropolitana, já é possível apontar as cidades da Serra e Cariacica como as que teriam neste momento espaço físico mais adequado à implantação de indústrias e novos bairros.

Ivo Santana, diretor do Conse-

lho Popular, membro do Conselho Diretor Urbano (PDU) e do Conselho de Meio Ambiente de Vitória, lembra que o Espírito Santo é cercado de regiões pobres, como a divisa de Minas Gerais com o Estado, o Sul da Bahia e o Norte fluminense: "Se falar que se está pegando um pouco mais de peixe aqui, corre todo mundo para Vitória".

Para Ivo Santana, o momento também é propício a que se retomem as discussões para a criação da Região Metropolitana, já que Vitória, segundo ele, não tem mais suporte físico para aguentar todas as consequências do corredor de exportação. Aliás, como também a duplicação da BR-101 Norte e da Ferrovia Bahia-Sul, garante Santana.

Ele se diz favorável ao desenvolvimento, mas acredita que o Governo do Estado terá que agir com mais rigidez diante das questões ambientais, "senão isto aqui vai ficar pior do que Cubatão". Ivo Santana também critica o discurso desenvolvimentista do Governo. "Discurso de desenvolvimento é muito bonito, mas é preciso estar preparado para o desenvolvimento", se refere à falta de estrutura da Grande Vitória, com relação ao saneamento básico. "todos nós queremos que o Estado se desenvolva, mas temos que saber até que ponto. A gente tem o Norte e o Sul para crescer também".

O secretário municipal de Planejamento, Fernando Betarelo, também acredita que a ampliação do corredor de exportação acelera a discussão em relação à criação da Região Metropolitana — que seria o estudo e a solução conjunta dos problemas comuns das cidades da Grande Vitória. Betarelo diz que o importante é evitar que se repitam os problemas enfrentados quando da instalação da CST, que gerou graves consequências sócio-ambientais, como a falta de disponibilidade de locais para moradia e a péssima localização da empresa

em relação aos problemas de meio ambiente. Se o trabalho for feito tomando todos os cuidados para evitar a repetição desses problemas, o secretário garante que a Prefeitura de Vitória não terá nada contra, até porque o projeto é importante para gerar empregos e aumentar a renda do trabalhador.

Atraso

Apesar do convênio para a ampliação do corredor de exportação ter sido assinado no último dia 22 de outubro, entre seis Estados — Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás e Espírito Santo — e os estudos dos prováveis impactos pelo Instituto Jones dos Santos Neves terem começado recentemente, o secretário de Desenvolvimento, Paulo Vivacqua, não admite que os levantamentos estariam sendo feitos com um certo atraso, já que o projeto é considerado irreversível pela Secretaria.

"Não é preciso temer um crescimento desorganizado. O grupo (a equipe do Instituto Jones) está começando a trabalhar agora para ver como a Grande Vitória deve crescer, como novos bairros poderão absorver antigas favelas", garante o secretário, que insiste que a Grande Vitória não deverá sofrer um grande crescimento demográfico.

Os objetivos da ampliação do corredor de exportação na Grande Vitória são diminuir os custos de transporte para a região e abrir novas fronteiras do Estado para atividades econômicas, como agricultura, mineração e indústria pesada. Vivacqua espera que em três, quatro meses os primeiros resultados do projeto já sejam visíveis e que em um ano e meio a dois ele chegue a exportar seis milhões de toneladas — o primeiro número a ser atingido é três milhões — e em cerca de cinco anos possa chegar aos 18 milhões de toneladas.